

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS -- -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1

Em 2019, o Instituto Mundial de Recursos, o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU) publicaram o relatório **Recursos mundiais: criando um futuro alimentar sustentável**, com a conclusão de que, para atender a demanda de uma população estimada em 9,8 bilhões de pessoas em 2050, o mundo teria de aumentar em 50% ao ano a produção de alimentos, tomando-se por base o ano de 2010. Para tanto, também seria preciso melhorar a forma como se produz, com o uso mais eficiente de recursos naturais, melhoria na gestão, inovação, desenvolvimento tecnológico e preservação do ambiente.

A compatibilização entre a ampliação da produção de alimentos e a preservação dos recursos naturais encontra solução na incorporação de tecnologias, via aumento da produtividade, que reduz a pressão sobre a ampliação de novas fronteiras agrícolas. Nesse pacote tecnológico, estão os corretivos de solo, os fertilizantes, os defensivos agrícolas, as sementes melhoradas, a agricultura de precisão, os cultivos intensivos, entre outros.

A crise sanitária de 2020 chamou a atenção para o desafio da segurança alimentar, que passou a ser uma das principais preocupações da humanidade. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a fome afeta 828 milhões de pessoas em todo o mundo. Esse número representa um crescimento de 46 milhões em relação ao ano de 2021, e 150 milhões desde o início da pandemia de covid-19. Mesmo diante de uma recuperação econômica, as estimativas apontam que em 2030 ainda haverá mais de 670 milhões de famintos.

O tema segurança alimentar não estava tão evidente nos primeiros anos do século XXI, uma vez que a oferta de alimentos em nível global era adequada e a persistência da fome era muito mais um problema de renda dos consumidores do que de disponibilidade física de alimentos. Mas, em 2020, ficou claro que nem todos os países estavam imunes ao fenômeno, o que deu origem a um neoprotecionismo que começou a interferir nas regras de comércio agrícola internacional. É cada vez mais explícito que a segurança alimentar é um elemento importante para a manutenção da estabilidade política e social de qualquer país.

A contribuição para a segurança alimentar, com sustentabilidade, passa pela agricultura tropical, passível de ser desenvolvida em toda a América Latina, na África subsaariana e em países asiáticos. Nesse cinturão tropical do planeta, não apenas existe muita terra a ser incorporada aos sistemas produtivos, como também há um potencial ainda maior para a introdução de novas tecnologias que levam ao aumento da produtividade.

Com base nas ideias veiculadas no texto CB1A1, julgue os itens que se seguem.

- 1 No texto, defende-se que países da América Latina, da África subsaariana e da Ásia são potencialmente capazes de liderar um programa com vistas à segurança alimentar para a população mundial, dadas as suas características edafoclimáticas, isto é, relativas ao solo e ao clima.
- 2 Infere-se do texto que, no ano de 2050, a população mundial será 50% maior que o contingente populacional mundial no ano de 2010.
- 3 Os corretivos de solo, os fertilizantes, os defensivos agrícolas, as sementes melhoradas, a agricultura de precisão e os cultivos intensivos são tecnologias que, segundo o texto, contribuem para o aumento da produtividade agrícola de forma sustentável.
- 4 Entende-se da leitura do texto que a situação de insegurança alimentar em certas regiões do planeta ficou evidenciada durante a pandemia de covid-19.
- 5 Argumenta-se no texto que a estabilidade política e social de um país está associada à segurança alimentar de sua população.
- 6 No texto, a insegurança alimentar nos primeiros anos do século XXI é atribuída a uma causa única.

Acerca dos sentidos e de aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os itens a seguir.

- 7 No trecho "A crise sanitária de 2020 chamou a atenção para o desafio da segurança alimentar, que passou a ser uma das principais preocupações da humanidade" (terceiro parágrafo), o vocábulo "que" poderia ser substituído por **a qual**, sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto.
- 8 No trecho "A compatibilização entre a ampliação da produção de alimentos e a preservação dos recursos naturais encontra solução na incorporação de tecnologias, via aumento da produtividade, que reduz a pressão sobre a ampliação de novas fronteiras agrícolas" (segundo parágrafo), o vocábulo "que" retoma "A compatibilização entre a ampliação da produção de alimentos e a preservação dos recursos naturais".
- 9 A oração "para atender a demanda de uma população estimada em 9,8 bilhões de pessoas em 2050", no primeiro período do texto, expressa a causa da necessidade de aumento da produção de alimentos.
- 10 A correção gramatical e a coerência das ideias do texto seriam mantidas se, no primeiro parágrafo, as formas verbais "teria" (primeiro período) e "seria" (segundo período) fossem substituídas, respectivamente, por **terá** e **será**.
- 11 No trecho "também seria preciso melhorar a forma como se produz, com o uso mais eficiente de recursos naturais" (primeiro parágrafo), está implícito, após a forma verbal "produz", o vocábulo **alimentos**, logo a inserção de tal vocábulo na referida posição melhoraria a clareza do texto, sem prejudicar sua correção gramatical.

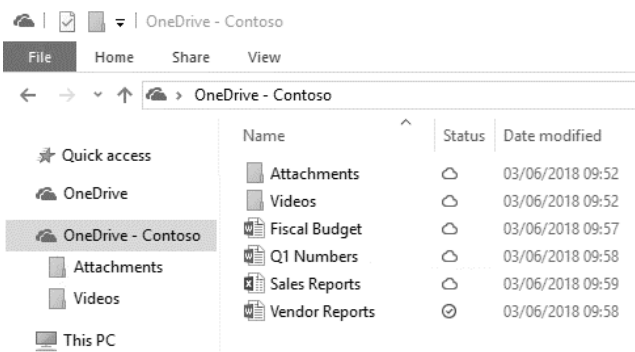
- 12 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso o trecho "a fome afeta 828 milhões de pessoas em todo o mundo" (terceiro parágrafo) fosse assim reescrito: **no mundo todo, a fome atinge oitocentas e vinte e oito milhões de pessoas.**
- 13 Estaria mantida a correção gramatical do trecho "A crise sanitária de 2020 chamou a atenção para o desafio da segurança alimentar" (terceiro parágrafo) caso se inserisse sinal indicativo de crase no vocábulo "a", em "chamou a atenção", devido à múltipla regência do verbo **chamar**.
- 14 A substituição da expressão "uma vez que" (primeiro período do quarto parágrafo) por **quando** manteria tanto a correção gramatical quanto a coerência das ideias do texto, mas alteraria o seu sentido original.
- 15 No trecho "É cada vez mais explícito que a segurança alimentar é um elemento importante" (quarto parágrafo), a flexão da palavra "explícito" no feminino seria gramaticalmente correta, pois, nesse caso, ela passaria a estabelecer concordância com a expressão "a segurança alimentar".

No que diz respeito ao Windows 11, julgue os itens subsequentes.

- 16 No Windows 11, é possível, por meio das chaves de acesso, utilizar o Windows Hello para iniciar sessão em *sites* e aplicações via impressão digital ou reconhecimento facial, sem a necessidade de inserção de palavras-passe, o que torna mais seguro o processo de autenticação.
- 17 Por meio das funcionalidades de aplicações no Windows 11, é possível realizar, em alguns casos, a reparação, alteração ou modificação de aplicativos e programas.

Com relação ao MS Office M365, julgue os próximos itens.

- 18 Uma vez acionada a opção Realce no Microsoft Office Word 365, o texto do documento é analisado, sendo identificados palavras-chave e termos essenciais; as informações são processadas por meio de inteligência artificial; e é automaticamente gerado um resumo detalhado em uma tela separada.
- 19 Considerando-se as pastas e os arquivos de OneDrive apresentados na figura a seguir, é correto afirmar que o arquivo Fiscal Budget somente está disponível *online*, logo não ocupa espaço no computador do usuário; já o arquivo Vendor Reports encontra-se disponível localmente, armazenado no computador, sendo possível abri-lo mesmo sem acesso à Internet.



- 20 Considere que a fórmula =SOMASE(B3:B7;"<>100";C3:C7) seja inserida na célula C8 da planilha apresentada na figura a seguir, criada no Microsoft Office Excel 365. Nesse caso, o resultado apresentado na célula C8 será 120.

| | A | B | C |
|---|-----------------------------|--------------------|-----------------------|
| 1 | Araucária Nitrogenados S.A. | | |
| 2 | Produto | Preço (R\$) | Quantidade (t) |
| 3 | Fertilizante A | 122,00 | 50 |
| 4 | Fertilizante B | 100,00 | 40 |
| 5 | Químico A | 253,00 | 20 |
| 6 | Químico B | 88,00 | 35 |
| 7 | Químico C | 57,00 | 15 |
| 8 | | | |

Julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), com a Lei n.º 14.129/2021 (Governo Digital) e com a Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

- 21 Conforme a Lei n.º 14.129/2021, os atos processuais serão executados prioritariamente em meio eletrônico e considerados realizados no dia e na hora do envio dos dados para o sistema informatizado de gestão do processo administrativo eletrônico do órgão pelo cidadão.
- 22 De acordo com a Lei n.º 13.709/2018, o encarregado é uma pessoa jurídica de direito público a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- 23 Segundo determina a Lei n.º 12.527/2011, quando solicitado acesso a informação parcialmente sigilosa, será vedado o acesso a todo o documento, devendo o órgão ou a entidade informar o solicitante sobre a negativa e sua justificativa.

Espaço livre

Espaço livre

Uma empresa está passando por um processo de auditoria interna e otimização de sua planta industrial. Para isso, os auditores estão analisando a composição de equipes de segurança operacional, o mapeamento de competências técnicas dos funcionários e o comportamento de sistemas de controle de fluxo de gases.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes.

- 24 Suponha que, em um levantamento com 120 funcionários acerca de certificações técnicas, tenha sido observado que 70 têm certificação do tipo A, 60 do tipo U e 50 do tipo S. Suponha, ainda, que 30 tenham as certificações A e U; 25 tenham U e S; 20 tenham A e S; e 10 tenham as três certificações. Nessa situação, o número de funcionários que têm exatamente duas dessas certificações é igual a 40.
- 25 Considere que, para compor uma comissão técnica de auditoria em segurança operacional, a empresa disponha de 8 engenheiros e 6 técnicos de operação. Considere, ainda, que a comissão deva ser formada por exatamente 4 membros, de forma que nela haja, no mínimo, 2 engenheiros. Nesse caso, haverá 826 maneiras distintas de se formar tal comissão.
- 26 Considere que, no controle de automação de gases, a pressão aferida nas máquinas esteja associada a ciclos de compressão gasosos no processo industrial modelados pela matriz C apresentada a seguir.

$$C = \begin{pmatrix} 1 & 2 \\ 0 & 1 \end{pmatrix}$$

Considere, também, que uma operação exija o cálculo do efeito acumulado de 10 ciclos de compressão, que é dado pela potência $C^{10} = \underbrace{C \times C \times \dots \times C}_{10 \text{ vezes}}$. A partir dessas informações, é correto afirmar que o elemento da primeira linha e segunda coluna da matriz resultante do efeito acumulado dos 10 ciclos será exatamente 2^{10} .

Com base nas regras da lógica proposicional e da lógica de primeira ordem, julgue os itens subsequentes.

- 27 A proposição "Se a ANSA atinge sua meta de produção, então os lucros são distribuídos aos funcionários e os fertilizantes não são importados" é logicamente equivalente à proposição "Se os lucros não são distribuídos aos funcionários ou os fertilizantes são importados, então a ANSA não atinge sua meta de produção".
- 28 A partir das premissas e da conclusão seguintes, é correto afirmar que o argumento apresentado é válido.
Premissa 1: "Se a ANSA reativa o seu parque industrial, então a produção nacional de ureia é normalizada."
Premissa 2: "Se a produção nacional de ureia é normalizada, então o custo de produção do ARLA 32 diminui."
Premissa 3: "O custo de produção do ARLA 32 não diminuiu."
Conclusão: "Logo, a ANSA não reativou o seu parque industrial."
- 29 A sentença "A ANSA retomou as suas operações e a produção nacional de fertilizantes aumentou, mas o preço da ureia não diminuiu" é uma proposição composta formada exatamente por três proposições simples conectadas entre si exclusivamente pelo operador lógico de conjunção.
- 30 Considere, no universo de todos os parques industriais do Brasil, os seguintes predicados.

$A(x)$: " x é um parque industrial da ANSA."

$P(x)$: " x produz amônia."

Nesse caso, a sentença "Todos os parques industriais da ANSA produzem amônia." pode ser corretamente escrita na linguagem simbólica da lógica de primeira ordem da seguinte forma: $\forall x (A(x) \wedge P(x))$.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Considerando o regramento geral instituído para o direito de empresa no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 31** A distribuição pública de valores mobiliários depende de registro prévio perante a Comissão de Valores Mobiliários, para efetivação no mercado.
- 32** As disposições do Código Civil relativas ao contrato social não se aplicam às sociedades constituídas por único sócio.
- 33** O representante que lança sua assinatura em título de crédito, excedendo os poderes que lhe foram conferidos, fica pessoalmente obrigado ao pagamento com renúncia aos direitos do representado.
- 34** Associações futebolísticas que atuam com habitualidade e profissionalidade são consideradas empresárias, para todos os efeitos, a partir da sua inscrição no registro de empresas.
- 35** O empresário e a sociedade empresária serão registrados em junta comercial, ao passo que a sociedade simples será registrada no registro civil das pessoas jurídicas.

À luz do regramento especial conferido às empresas em crise e pertinente à defesa da concorrência, julgue os próximos itens.

- 36** A prática de atos que tenham por objeto o domínio de mercado relevante de bens ou serviços poderá constituir infração da ordem econômica quando comprovada a culpa do agente.
- 37** Na recuperação judicial, os titulares de créditos retardatários e dos derivados de relação trabalhista poderão participar da assembleia geral de credores, com direito a voto.

Acerca de coisa julgada, denunciação da lide, honorários advocatícios e apelação no processo civil, julgue os itens que se seguem, de acordo com a jurisprudência do STJ.

- 38** Na hipótese de o juiz da causa negar seguimento à apelação no âmbito de execução ou de cumprimento de sentença, será cabível agravo interno.
- 39** Não se admite a denunciação da lide em ações possessórias.
- 40** A eficácia preclusiva da coisa julgada impede a apreciação de questões deduzidas e dedutíveis no processo anterior, ainda que não tenham sido examinadas, desde que relacionadas à mesma causa de pedir.
- 41** Se a ação principal for julgada improcedente, a denunciação da lide será julgada extinta sem resolução do mérito, devendo o denunciante pagar honorários advocatícios ao advogado do denunciado.

Acerca da organização e dos princípios da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 42** O princípio da motivação, embora não conste no rol constitucional dos princípios expressos da administração pública, vincula a conduta do gestor público, que, em regra, deve indicar os pressupostos fáticos e jurídicos que embasam os atos por ele praticados.
- 43** A criação de subsidiária de sociedade de economia mista é exemplo de descentralização administrativa que, para ser viabilizada, depende de autorização legislativa específica, não bastando a existência de permissão genérica na lei que autorizou a instituição da empresa matriz, conforme entendimento do STF.

Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), na Lei Anticorrupção e na Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens a seguir.

- 44** Em regra, os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado deverão responder pelo ato de improbidade que eventualmente seja imputado à pessoa jurídica.
- 45** Será pessoal a responsabilidade do agente público por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de culpa moderada ou erro grosseiro.
- 46** De acordo com a Lei Anticorrupção, a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas em decorrência de atos lesivos à administração pública não depende de que essas condutas tenham sido praticadas exclusivamente em benefício próprio, assim como independe da responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores.

À luz das disposições da Lei n.º 13.303/2016 e da Lei Complementar n.º 182/2021, julgue os itens a seguir.

- 47** O catálogo eletrônico de padronização é um procedimento auxiliar das licitações regidas pela Lei n.º 13.303/2016.
- 48** A prestação de garantia exigida pela Lei n.º 13.303/2016 para os contratos de obras, serviços e compras deverá ser realizada com base na ordem de prioridade estabelecida entre as modalidades de garantia previstas, sendo a caução em dinheiro preferencial às demais, admitindo-se seguro-garantia ou fiança bancária apenas de forma subsidiária.
- 49** Nas licitações e contratos de que trata a Lei n.º 13.303/2016, será observada a diretriz da padronização do objeto da contratação, dos instrumentos convocatórios e das minutas de contratos.
- 50** De acordo com o disposto na Lei Complementar n.º 182/2021, após a homologação do resultado da licitação, a administração pública poderá celebrar contrato público para solução inovadora com a vigência de 12 meses, prorrogável por um período de até 24 meses.
- 51** Nas licitações e contratos disciplinados pela Lei n.º 13.303/2016, pode-se dispensar a observância das normas relativas à avaliação de impactos de vizinhança na forma da legislação urbanística.
- 52** Nas licitações e contratos de que trata a Lei n.º 13.303/2016, a melhor destinação de bens alienados poderá ser utilizada como critério de julgamento.

Acerca de prescrição, condomínio, desconsideração da personalidade jurídica e responsabilidade civil, julgue os itens que se seguem, à luz da jurisprudência dos tribunais superiores.

- 53** A mera inexistência de bens penhoráveis da empresa é insuficiente para justificar a desconsideração da personalidade jurídica.
- 54** A aplicação da sanção civil de pagamento em dobro por cobrança judicial de dívida já adimplida pode ser postulada pelo réu na própria defesa, independentemente da propositura de ação autônoma ou do manejo de reconvenção, sendo prescindível a demonstração de má-fé do credor.
- 55** O uso exclusivo de bem indiviso por um dos condôminos, sem convenção expressa entre as partes, não implica para tal condômino obrigação de pagamento integral do IPTU e da despesa de condomínio.
- 56** Interrompida a prescrição pelo ajuizamento de protesto judicial, seu curso reinicia-se a partir do ato que determinou a citação no referido processo.

Acerca das competências em matéria ambiental, do acesso público a informações ambientais, do estudo de impacto de vizinhança (EIV), da compensação ambiental, da outorga de direito de uso de recursos hídricos e das infrações administrativas ambientais, julgue os itens a seguir.

- 57** A outorga de direito de uso de recursos hídricos, por ter natureza de ato administrativo precário, não pode ser revogada unilateralmente pela administração pública quando inexistente descumprimento das condições estabelecidas pelo outorgado, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica.
- 58** A compensação ambiental prevista para empreendimentos de significativo impacto ambiental pode ser fixada com base em percentual mínimo previamente definido em norma infralegal, independentemente da extensão do impacto ambiental efetivamente causado, desde que observados os limites estabelecidos pelo órgão licenciador.
- 59** A aplicação da sanção de multa diária por infração administrativa ambiental independe da demonstração de dolo ou culpa do infrator, sendo suficiente a comprovação da prática da conduta e de seu nexos com a infração, desde que observado o devido processo administrativo.
- 60** A proteção do meio ambiente é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, que devem obedecer às normas de cooperação estabelecidas na Lei Complementar n.º 140/2011, sem prejuízo da aplicação dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, como o licenciamento ambiental.
- 61** Em regra, aos órgãos e às entidades integrantes do SISNAMA é facultado permitir o acesso público a dados técnicos complexos em matéria ambiental, a fim de preservar o interesse público.
- 62** O EIV não substitui o estudo de impacto ambiental (EIA), podendo ambos ser exigidos cumulativamente, conforme a natureza da atividade.

João, cidadão brasileiro, pretende adotar medidas constitucionais para a proteção de direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988. Em dada situação, ele pretende obter acesso a informações pessoais mantidas em banco de dados de entidade governamental; noutra, pretende questionar judicialmente ato administrativo que considera lesivo à moralidade administrativa e ao patrimônio público.

Com base na situação hipotética precedente e na disciplina constitucional da tutela jurisdicional das liberdades, julgue os itens a seguir.

- 63** João tem legitimidade para ajuizar ação popular com vistas à anulação do ato administrativo mencionado, contudo, para tanto, deverá demonstrar que sofreu prejuízo pessoal direto decorrente do ato a ser impugnado.
- 64** É cabível a impetração de *habeas data* para João obter acesso a dados constantes do banco de dados da entidade governamental, ainda que tais informações não sejam relativas à sua pessoa.

Considerando os princípios gerais da atividade econômica, especialmente no que se refere às disposições constitucionais que tratam da exploração de recursos minerais e potenciais de energia hidráulica, julgue os itens a seguir.

- 65** De acordo com a Constituição Federal de 1988, a autorização de pesquisa mineral será sempre concedida por prazo determinado e as autorizações e concessões relativas à exploração de recursos minerais não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.
- 66** As jazidas, em lavra ou não, os recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica pertencem à União e constituem propriedade distinta da do solo, sendo garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

Julgue os itens seguintes, que tratam da imunidade tributária e da reforma tributária implementada por meio da Emenda Constitucional n.º 132/2023.

- 67** A referida reforma tributária estabelece regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, com o objetivo de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis.
- 68** A Constituição Federal de 1988 reconhece expressamente a imunidade tributária das sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos.

Com relação aos tributos em espécie, julgue os itens a seguir.

- 69** Incide ICMS sobre as operações interestaduais que envolvam lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo, quando destinados à industrialização ou à comercialização, devendo o referido imposto ser recolhido ao estado destinatário desses produtos.
- 70** Compete exclusivamente à União instituir contribuição de intervenção no domínio econômico relativamente às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, podendo adotar alíquotas diferenciadas por produto.

Em relação aos regimes de exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos, julgue os itens a seguir.

- 71** De acordo com o regime de partilha de produção, o contratado exerce, por sua conta e risco, as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção, devendo contribuir para as seguintes receitas governamentais: bônus de assinatura, participações especiais e *royalties*.
- 72** Tanto no regime de concessão quanto no de partilha, a repartição dos resultados da exploração ocorre por meio da divisão física do petróleo produzido entre a União e a empresa contratada, ainda que sob diferentes denominações contratuais.
- 73** A União é autorizada a ceder onerosamente à PETROBRAS, dispensada a licitação, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, devendo a empresa extrair o número de barris equivalentes de petróleo definido no contrato de cessão, não podendo tal número exceder a cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo.

Acerca da governança, das atribuições e das características dos agentes do setor de energia, julgue os itens subsequentes.

- 74** A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, é responsável por viabilizar a comercialização de energia elétrica.
- 75** Cabe ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), vinculado à Presidência da República e presidido pelo ministro de Estado de Minas e Energia, propor ao presidente da República políticas nacionais e medidas específicas destinadas a estabelecer diretrizes e metas, quando aplicáveis, para programas específicos, como os de uso do gás natural.

A respeito do marco regulatório para o setor de gás natural, bem como do novo marco legal para energias renováveis, julgue os próximos itens.

- 76** Com vistas a harmonizar os marcos regulatórios e uniformizar as regras referentes ao mercado nacional de gás natural, a Lei do Gás estabelece que os serviços locais de gás canalizado devem ser explorados pela União.
- 77** O Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases do Efeito Estufa (SBCE), instituído no contexto do novo marco legal de transição energética, adota um modelo voluntário de compensação de emissões, vedando a imposição de limites obrigatórios aos agentes regulados.

Acerca da homologação de sentença estrangeira no Brasil, da arbitragem comercial no MERCOSUL e de *incoterms*, julgue os próximos itens.

- 78** *Incoterms* referem-se a siglas destinadas a uniformizar terminologia e facilitar contratos de compra e venda internacionais, não sendo propriamente legislados, mas criados e postos em vigor pela Organização Mundial do Comércio, em Genebra.
- 79** Uma vez denegada a homologação para reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira por vícios formais, é defeso à parte interessada renovar o pedido.
- 80** Para ser reconhecida ou executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita, unicamente, à homologação do STJ.
- 81** O Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do MERCOSUL (AAM), cuja incorporação ao direito interno brasileiro foi aprovada pelo Congresso Nacional, contempla, entre outros, o objetivo de solucionar controvérsias surgidas de contratos comerciais internacionais entre pessoas jurídicas de direito privado.

No que se refere ao registro de propriedade marítima, conforme a Lei n.º 7.652/1988, julgue o item a seguir.

- 82** A embarcação será autorizada a trafegar após o devido processamento e deferimento do registro de propriedade, sendo as hipóteses de operação com registro provisório previstas apenas para casos excepcionais e por prazo improrrogável, conforme avaliação do órgão de inscrição.

À luz da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar de 1982, julgue o seguinte item.

- 83** A disciplina jurídica da zona econômica exclusiva não confere ao Estado costeiro soberania plena sobre essa área, diferentemente do regime aplicável ao mar territorial.

Com base nas disposições da Lei n.º 12.815/2013 (Lei dos Portos), do Decreto n.º 8.033/2013 e da Lei n.º 10.233/2001 (Lei de Criação da ANTAQ), julgue os próximos itens.

- 84** A atuação da ANTAQ na regulação do transporte aquaviário compreende a promoção da modicidade tarifária e da eficiência, bem como a harmonização dos interesses dos usuários com os dos agentes econômicos regulados, de modo a assegurar a adequada prestação dos serviços.
- 85** A exploração indireta do porto organizado e das instalações nele localizadas ocorrerá mediante concessão, autorização ou arrendamento de bem público.
- 86** O órgão gestor de mão de obra do trabalho portuário é responsável por estabelecer o número de vagas, a forma e a periodicidade para acesso ao registro do trabalhador portuário avulso.
- 87** Entre os critérios para julgamento de licitação de concessão e de arrendamento, poderão ser utilizados, de forma isolada ou conjunta, a menor tarifa, o maior valor de outorga, a maior experiência comprovada em operações portuárias e o maior valor de investimento.

A respeito do direito do trabalho, julgue os itens a seguir.

- 88** O adicional de periculosidade deve ser pago com base no salário integral do empregado, ou seja, na remuneração constituída do salário-base e de adicionais que incidirem sobre o salário-base.
- 89** Em acordo coletivo do trabalho é facultada a inclusão de cláusula que preveja a possibilidade de renúncia, por empregada gestante, das garantias referentes à manutenção do emprego e salário, desde que tal renúncia beneficie a gestante.
- 90** Caso ocorra, por iniciativa do empregador, rescisão antecipada de contrato de experiência, o pagamento do aviso prévio ao empregado será obrigatório.
- 91** O adicional noturno integra a base de cálculo das horas extras trabalhadas no período noturno.

A respeito do direito processual do trabalho, julgue os itens seguintes.

- 92** Para que uma pessoa jurídica obtenha o benefício da assistência judiciária gratuita, é suficiente que apresente, na formulação do pedido, a declaração de hipossuficiência.
- 93** Quando a parte é expressamente intimada e não comparece à audiência em prosseguimento, na qual deve depor, a penalidade da confissão deve ser aplicada.
- 94** Na interposição de agravo interno contra decisão proferida por órgão colegiado de tribunal, deve ser aplicado o princípio da fungibilidade, e o recurso deve ser aceito como embargos de declaração.

Julgue os itens a seguir, relativos a arbitragem e métodos alternativos de solução de conflitos.

- 95** No procedimento de mediação disciplinado pela Lei n.º 13.140/2015, a primeira reunião de mediação extrajudicial com a parte convidada deverá ocorrer no prazo máximo de 45 dias, contado da data de recebimento do convite.
- 96** A negociação é o único método autocompositivo de resolução de conflitos que prescinde da participação de qualquer terceiro, cabendo exclusivamente às próprias partes a condução do diálogo e a construção da solução.
- 97** O mediador atuará, preferencialmente, nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, podendo sugerir soluções para o litígio, ao passo que o conciliador auxiliará os interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais.
- 98** Aos mediadores e conciliadores judiciais que atuam nos centros judiciários de solução de conflitos e cidadania (CEJUSC) dispensa-se cadastro prévio perante o tribunal de justiça ou o tribunal regional federal, desde que comprovem capacitação em curso reconhecido pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM).
- 99** De acordo com o previsto no Código de Processo Civil, a audiência de conciliação ou de mediação não será realizada quando qualquer das partes manifestar, expressamente, desinteresse na composição consensual.
- 100** A confidencialidade na mediação estende-se a todas as informações produzidas no curso do procedimento, sendo vedado que o mediador ou qualquer pessoa que tenha participado da mediação atue como testemunha em processo judicial ou arbitral pertinente a fato ou situação relacionados ao objeto da mediação.
-

Espaço livre
